

PROJETO DE LEI N.º , DE 2016

(Do Sr. Daniel Almeida)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre o acendimento de faróis de veículos automotores em período diurno e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a redação do inciso I do art. 40 e da alínea “b” do inciso I do art. 250 da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para restringir a obrigatoriedade de acendimento dos faróis no período diurno aos trechos de rodovias situados fora do perímetro urbano, bem como inclui art. 90-A ao CTB para obrigar a sinalização do perímetro urbano

Art. 2º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – nova redação para o inciso I do art. 40:

Art. 40.

I – durante o dia, o condutor manterá acesos os faróis do veículo utilizando luz baixa, nos túneis providos de iluminação pública e nas rodovias situadas fora do perímetro urbano;

..... (NR)

II – nova redação para a alínea “b” do inciso I do art. 250:

Art. 250.

I –

b) de dia, nos túneis providos de iluminação pública e nos trechos de rodovia situados fora do perímetro urbano;

..... (NR)

III – inclusão de art. 90-A:

Art. 90-A. É obrigatória a sinalização de início e término de perímetro urbano em todas as rodovias, sob pena de restarem inválidas as autuações aplicadas com base na alínea “b” do inciso I do art. 250 deste Código.

Art. 3º Esta lei entra em vigor após decorridos trinta dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A obrigatoriedade de utilização de faróis acessos, em luz baixa, durante o dia nas rodovias, assim como já ocorria nos túneis providos de iluminação pública (art. 40, I), é uma inovação ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB), trazida pela Lei nº 13.290, de 23 de maio de 2016, que entrou em vigor no dia 8 de julho próximo passado. Entendem os especialistas que a exigência aumenta o grau de segurança nas rodovias, à medida que permite uma melhor visualização dos veículos que transitam em sentido contrário. Dessa forma, a medida teria um papel importante da redução de colisões frontais, por ampliar o tempo de reação do condutor. Para dar efetividade à norma, foi alterada a tipificação da infração correspondente (art. 250, I, “b”).

Ocorre, porém, que a nova regra vem causando alguns transtornos em áreas urbanas. Em muitas localidades, as rodovias adentram o perímetro urbano, compondo a malha viária juntamente com ruas e avenidas. Existem, até mesmo, casos de rodovias que recebem nomes, como avenidas, no âmbito das áreas urbanas. Isso confunde sobremaneira os condutores que, por desconhecimento, estão sendo autuados e multados por não acionarem os faróis em luz baixa, durante o dia.

Entendemos que tal fato, para além de prejudicar os condutores, representa uma incongruência na aplicação da lei. Isso porque o próprio CTB conceitua as rodovias como vias rurais (art. 60, inciso II, alínea “a”), ao passo que seu Anexo I define rodovias como vias pavimentadas localizadas em áreas rurais. Tais definições levam a crer que a utilização dos faróis acesos durante o dia não seria exigível nos trechos de rodovias inseridos dentro dos perímetros urbanos.

Para dirimir essa incongruência e aperfeiçoar a aplicação da legislação de trânsito, estamos oferecendo, à apreciação da Casa, este projeto de lei, que tem por objetivo deixar explícita a não aplicabilidade do inciso I do art. 40 do CTB aos trechos de rodovia situados em áreas urbanas. Complementarmente, estamos exigindo a devida sinalização do início e término dos perímetros urbanos, como condição para atuação dos condutores infratores.

Na certeza de que a proposta aperfeiçoa o texto do CTB, esperamos contar com o apoio de todos para sua rápida aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputado **Daniel Almeida**